

ARTIGO

PRESENTE DE GREGO FISCAL

DS

A expressão "presente de grego" representa o recebimento de algum presente que traz prejuízo a quem o recebe. A Guerra de Troia, provocada pelo rapto de Helena, esposa do rei de Esparta, durou cerca de dez anos e aconteceu entre 1300 e 1200 antes de Cristo.

A guerra terminou após a execução do grande plano do guerreiro grego Odisseu, quer dizer, um cavalo de madeira foi deixado junto aos muros de Troia, pelos gregos.

Os troianos levaram o cavalo para dentro de seus muros, acreditando que o suposto presente era uma rendição dos gregos. No entanto, dentro de cavalo se encontravam vários soldados gregos e durante a noite, após os troianos terem se embebedado e a maioria estar dormindo, os gregos abriram os portões para que todo o exército entrasse e destruísse a cidade completamente.

Pois bem, recentemente o Supremo Tribunal Federal decidiu com respaldo na Constituição da República que a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Quer dizer que qualquer lei que trata de isenção, deve mencionar qual o impacto financeiro que tal renúncia fiscal venha trazer.

Tal regra não é exclusiva apenas da Constituição Federal, como também prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proposição que crie despesa deverá ser acompanhada da estimativa de impacto

Incluindo os empréstimos públicos havidos e as renúncias fiscais, são sustentáveis a médio e longo prazo e não comprometerão as despesas que deverão ser realizadas.

Desse modo, a regra serve para garantir a sustentabilidade financeira proporcionada pela mensuração orçamentária dos impactos gerados pela concessão de benefícios como a isenção fiscal.

É, pois, um instrumento de gestão financeira que permite projetar, estimar, quantificar e avaliar os efeitos de eventuais criações de despesas ou alterações nas receitas existentes. O processo legislativo passou a ter um requisito imprescindível, sob pena de originar leis eivadas do vício de inconstitucionalidade.

Tal questão é oportuna porque a grande maioria os projetos de leis que tratam de isenções fiscais perante as Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores, não trazem tal estimativa, vindo se tornarem passíveis de invalidação pelo Poder Judiciário.

Aliás, na eventualidade da aludida lei se tornar inválida, haverá não apenas ônus para o Poder Público, como também aos contribuintes, uma vez que poderão ser obrigados a ter que restituir o tributo que não foi recolhido em decorrência de uma isenção concedida sem tal respaldo legal e constitucional.

Então, por mais relevante que seja o motivo que instituiu a isenção fiscal, devem os parlamentares se atentarem aos critérios legais e constitucionais, caso contrário, estarão dando um inequívoco "presente de grego" aos contribuintes.

JORNAL DIÁRIO DA SERRA

Propriedade da
AJOTA

ASSOCIAÇÃO JORNALÍSTICA DE TANGARÁ DA SERRA

CNPJ: 29.464.235/0001-16

Av. Tancredo Neves - 1247 W - Parque Mansões
78300-000 Tangará da Serra-MT

ISSN 22386467

REDAÇÃO

DIREÇÃO DE JORNALISMO

Fabiola Tormes

CONTATO

ds@diariodaserra.com.br

Envie Pautas, Fotos Sugestões
e Vídeos para o whatsapp do

DIÁRIO DA SERRA

(65) 99809.2921

www.diariodaserra.com.br

www.ds.jor.br

TIRAGEM

1 MIL EXEMPLARES

CIRCULAÇÃO

Tangará da Serra, Nova Olímpia,
Barra do Bugres, Porto Estrela,
Campo Novo do Parecis,
Sapezal, Denise, Arenópolis,
Nortelândia e Santo Afonso.

CENTRAL DO ASSINANTE

(65)3326.6501

DEPARTAMENTO COMERCIAL

PUBLICIDADE ASSINATURA

PUBLICIDADE LEGAL

Associação Jornalística de Tangará da Serra - AJOTA

SERVIÇOS GRÁFICOS

E. Tormes e Cia. LTDA

CNPJ: 14.048.123/0001-07

CONTATO: adm@diariodaserra.com.br

Fone: (65) 3326-4724

NOVO ESPAÇO

Escola Bento Muniz fica pronta e diretor afirma que espaço é ‘motivador’



Escola Estadual Bento Muniz, em Tangará da Serra

São 12 salas de aula; capacidade para atender 720 estudantes

CAROLINA HOLLAND / Seduc MT

O novo prédio da Escola Estadual Vereador Bento Muniz, em Tangará da Serra, está pronto. São 12 salas de aula, quadra poliesportiva, refeitório, cozinha, parte administrativa, banheiros, instalações hidrossanitárias, elétricas, de segurança, prevenção e combate a incêndio e pânico, e acessibilidade.

Foram investidos R\$3.764.356,31, sendo R\$1,8 milhão do Governo do Estado, por meio do Programa Mais MT, e o restante da União. A escola, que completou 30 anos no dia 28 de agosto de 2020, agora terá capacidade para atender 720

alunos do 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio, nos períodos matutino e vespertino.

“O novo prédio é um ambiente escolar mais acolhedor, moderno, com muitos outros recursos que nós não tínhamos aqui, como quadra poliesportiva, laboratórios, praça, estacionamento, entre outros”, disse o diretor da escola, Jair Pereira da Cruz.

Ele reforça a importância de um ambiente adequado para estudantes e professores, e o quanto isso pode trazer benefícios para a parte educacional. “Receber uma escola nova para desenvolver nossas atividades educacionais é muito motivador! Nosso desafio é aproveitar da melhor maneira possível esse espaço, melhorando a qualidade do ensino e preservando o patrimônio

público”, declarou.

Secretário de Estado de Educação, Alan Porto reforça que os investimentos não param só na infraestrutura, mas serão feitos também na tecnologia e na área pedagógica. O objetivo é ampliar o nível de aprendizagem dos estudantes. “A educação é prioridade do Governo do Estado. Só pelo Programa Mais MT serão R\$ 936 milhões para serem investidos em 2021 e 2022. Tenho certeza que vamos transformar a educação, melhorando nossos índices”.

HISTÓRIA - A escola foi construída em 1989 pela administração municipal de Tangará da Serra e cedida para o Estado no ano seguinte.

O nome da escola é uma homenagem a Bento Muniz, falecido em 1977, e considerado um dos pioneiros de Tangará da Serra.

LIVRO-REPORTAGEM

“Um Levante da Cuiabania” revolve a histórica eleição de 2004 em Cuiabá

CAROL VALBERTIN / Assessoria

O grande embate entre as forças políticas tradicionais e as emergentes na política mato-grossense, em especial a cuiabana. Uma ferrenha e renhida disputa eleitoral no primeiro e, sobretudo, segundo turno. Um certo “comitê da maldade”. Uma inacreditável vitória de um candidato que amargava 20% atrás do concorrente e que, a pouco mais de dez dias do pleito,

fez surpreendente reviravolta. Os cuiabanos, movidos pelo sentimento da cuiabania, que deram a volta por cima e viraram o jogo.

Estes são algumas das inúmeras anotações que traz o livro “Um Levante da Cuiabania –Eleições 2004”, de autoria do jornalista João Batista da Silva Negrão, que será lançado no próximo dia 6 de fevereiro (sábado), a partir das 19 horas, na Livraria Janina, no Pantanal Shopping.

Em suas 196 páginas, a

obra é um livro-reportagem sobre as eleições de 2004 em Cuiabá, capital de Mato Grosso, vencida de forma inacreditável pelo deputado Wilson Santos (PSDB), que saiu vitorioso no primeiro turno, mas em dez dias foi ultrapassado pelo adversário, o petista Alexandre Cesar, em 20 pontos percentuais de diferença.

Editado sob o selo Edições Mutirum o livro traz ainda uma inédita entrevista com o ex-governador Dante de Oliveira, falecido em 2006.